CDS - PP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2018-09-07	
O Secretário da Mesa	
Duarte Pacheco (Assinatura Qualificada)	Digitally signed by Duarte Pacheco (Assinatura Qualificada) Date: 2018.09.07 15:56:27 +01:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 3365 / XIII (3 .ª)

Assunto: Acesso demorado ao controlo de segurança do Aeroporto Sá Carneiro (Porto)

Destinatário: Min. do Planeamento e das Infraestruturas

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

No dia 3 de julho, os deputados abaixo-assinados enviaram ao senhor ministro do Planeamento e das Infraestruturas uma pergunta sobre "Acesso demorado ao controlo de segurança do Aeroporto do Porto".

De acordo com o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, há muito que terminou o prazo de 30 dias fixado como limite para resposta.

Os deputados abaixo-assinados vêm, deste modo, submeter novamente as perguntas então formuladas, repetindo também os seus considerandos (pergunta n.º 2888/XIII-3.ª), aguardando resposta no prazo fixado pela lei:

- O Aeroporto Francisco Sá Carneiro, no Porto, inaugurou no passado dia 1 de março uma nova área de controlo de segurança, mas os tempos de espera dos passageiros para acesso à zona de embarque são cada vez mais demorados.

- A abertura desta área pretendia, segundo a ANA – Aeroportos de Portugal, responder ao "objetivo de aumentar a capacidade do aeroporto no serviço aos passageiros na zona de controlo de segurança, mantendo elevados padrões de qualidade", mas tal não se está a verificar.

- Com a inauguração desta nova área, a zona de controlo de segurança do Aeroporto Francisco Sá Carneiro passou a ter novos sistemas de rastreio, tendo sido introduzidas quatro linhas novas, que se esperava pudessem servir 1200 passageiros/hora, capacidade a adicionar à dos equipamentos então existentes.

- O aeroporto do Porto tem atualmente 12 linhas de rastreio de bagagem e oito pórticos

detetores de metais, permitindo que a nova capacidade total deste subsistema aeroportuário beneficiasse de um incremento de cerca de 60% em relação aquela que, até 28 de fevereiro, existia.

- No entanto, os tempos de espera nas filas para o controlo de segurança são cada vez maiores, com centenas de pessoas a aguardarem a sua vez, pois a maioria das linhas de rastreio e dos pórticos detetores de metais estão fechadas, sendo utilizadas, normalmente, apenas metade, ou menos, das que estão instaladas.

- A agravar a situação está a notória falta de funcionários em número suficiente: sempre que um passageiro aciona o alarme detetor de metais e tem de ser revistado, a fila para, pois normalmente só está um funcionário em cada pórtico, e enquanto procede à revista não é permitida a passagem a mais ninguém.

- Por outro lado, o canal prioritário Fast Track está a funcionar com muitas limitações (e de forma desorganizada), o que tem originado inúmeras queixas de passageiros.

- O acesso a este canal prioritário para pessoas portadoras de bilhetes em primeira classe, classe executiva, titulares de cartões corporativos - ou que pagaram este serviço de forma suplementar, tentando passar pela segurança de forma mais rápida - faz-se separadamente, mas no fim do corredor os passageiros são “misturados” com os passageiros que acedem pela entrada prioritária para pessoas idosas, grávidas e com crianças, causando momentos embaraçosos, para além de o tempo de espera ser longo, pois passar carrinhos de bebés é sempre demorado.

- A este grupo parlamentar chegaram mesmo informações que passageiros com direito a acesso pelo Fast Track foram, no fim da linha, encaminhados para as linhas de rastreio de acesso.

- Os longos tempos de espera na área de segurança do Aeroporto Francisco Sá Carneiro não se devem à falta de espaço nem de equipamentos, mas sim de funcionários, linhas de rastreio a funcionar e divisão clara entre o canal Fast Track e as restantes entradas para acesso à área para controlo de segurança e zonas de embarque.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O(a)s Deputado(a)s do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1 - Tem V. Exa. conhecimento desta situação, que tem motivado queixas por parte de passageiros que embarcam no Aeroporto Francisco Sá Carneiro, no Porto?

2 - Por que razão são utilizadas apenas metade das linhas de rastreio disponíveis na área de controlo de segurança do aeroporto do Porto, inclusive em horas com maior número de voos e passageiros?

3 - É intenção da ANA – Aeroporto de Portugal proceder à ativação de mais equipamentos, pelo menos nas horas de maior afluxo de passageiros? Se sim, a partir de quando?

4 - Está prevista a colocação de mais funcionários junto aos pórticos detetores de metais, de modo a garantir maior fluidez na passagem de passageiros? Se sim, quando?

5 - Por que razão o canal *Fast Track* está a desaguar junto à linha de controlo de segurança de pessoas idosas, grávidas e com crianças?

6 - É intenção da ANA – Aeroportos de Portugal proceder a uma separação clara (e física) dos canais de acesso, nomeadamente do *Fast Track*, evitando, assim, situações embaraçosas entre passageiros e sentimento de se pagar um serviço que não existe? Se sim, como e quando?

Palácio de São Bento, 7 de setembro de 2018

Deputado(a)s

PEDRO MOTA SOARES(CDS-PP)

ÁLVARO CASTELLO-BRANCO(CDS-PP)

HELDER AMARAL(CDS-PP)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.